


## Educação do campo: política social de emancipação humana

**Oziel Barbosa Teixeira<sup>i</sup>** 

Universidade Estadual do Ceará, Itapipoca, Ceará, Brasil

**Alba Regina Andrade Mendes<sup>ii</sup>** 

Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil

**Marcilia Nogueira do Nascimento<sup>iii</sup>** 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

1

### Resumo

A política de educação do campo apresenta sólidos elementos fomentadores da construção da emancipação humana e social da classe trabalhadora camponesa. A partir de uma abordagem qualitativa e de revisão bibliográfica, esse trabalho traz discussões sobre a constituição dessa política, assim como os percursos e perspectivas da formação dos sujeitos do campo a partir da implementação da Educação do Campo. Apresenta também a importância de uma proposta educacional que esteja diretamente interligada aos movimentos sociais e histórico de lutas dos camponeses por justiça social. Tem como objetivo compreender a educação do campo como bandeira de luta pela emancipação humana e da terra na perspectiva da luta camponesa e implementação da política pública de Reforma Agrária. O estudo considera que permeiam fortes tensões entre os órgãos que coordenam essa política, uma vez que são em sua gênese e configuração estrutural antagônicos.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Política Pública. Emancipação.

### Rural education: social policy for human emancipation

#### Abstract

The rural education policy presents solid elements that foster the construction of human and social emancipation of the peasant working class. From a qualitative approach and bibliographic review, this work discusses the constitution of this policy as well as the paths and perspectives of the formation of rural subjects from the implementation of Rural Education. It also presents the importance of an educational proposal that is directly linked to social movements and the history of peasant struggles for social justice. Its objective is to understand rural education as a struggle for human emancipation and land emancipation from the perspective of the peasant struggle for Agrarian Reform. The study considers that strong tensions permeate between the bodies that coordinate this policy, as they are antagonistic in their genesis and structural configuration.

**Keywords:** Rural Education. Public policy. Emancipation.

## 1 Introdução

A política de Educação do Campo, ao ter como referencial teórico a pedagogia socialista, é alicerçada sob a concepção de emancipação da terra e do ser humano a partir de uma perspectiva de libertação e de socialização justa de toda a produção realizada pelos trabalhadores e trabalhadoras, de bens, de conhecimentos, de serviços e demais realização concreta. No entendimento de Marx e Engels (1984), a emancipação da totalidade da humanidade precisa ser compreendida como uma necessidade concreta, e assim sendo, deve ser resolvida no plano concreto, pela ação humana, efetuada por meio das relações históricas.

Nesse pensamento, a política pública de educação do campo tem apresentado elementos que favorecem à luta da classe trabalhadora em prol da construção de sua tão sonhada emancipação plena (NASCIMENTO; TEIXEIRA, 2021). Entre tais elementos, destacam-se a coletividade e à valorização ao modo de produção e reprodução da vida, da existência humana no território camponês.

Tendo como ponto de partida as proposições sobressaltadas desses conceitos e afirmações, alguns questionamentos se fazem necessários: como tem se construído a política pública de educação do campo? A partir de quais elementos essa política pública promove a emancipação humana e social?

Esse trabalho integra o conjunto de textos produzidos no decorrer do desenvolvimento de uma pesquisa científica com o título Formação continuada dos professores das escolas estaduais do campo em área de assentamento no Ceará, financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), desenvolvida pelo grupo de estudos de Educação do Campo, formado por pesquisadoras e bolsistas vinculados ao Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História e Emancipação (GPOSSHE).

## 2 Metodologia

Esse resumo traz uma abordagem qualitativa, caracterizada como estudo bibliográfico e revisão de literatura, através do qual levanta-se uma discussão acerca da política pública de educação do campo e sua contribuição para a construção da emancipação humana. A referência teórica utilizada para embasar as concepções,

análise e interpretação da pesquisa são: Caldart (2002), Lenartovicz (2017), Vidal et al. (2021) e Marx & Engels (1984).

### 3 Resultados e Discussões

3 Conquistada através de muita luta e a partir da promulgação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 2010 estabelece-se a Escola do Campo como aquela que se situa nas áreas rurais ou urbanas desde que atenda predominantemente as populações camponesas. Também define a Educação do Campo como política de Estado, obrigando o próprio Estado a garantir o total funcionamento dessas escolas com toda a sua estrutura física e pedagógica, garantindo assim que todos os povos que estão a zona rural do país principalmente nos assentamentos tivessem acesso à educação.

É importante salientar que essa educação é ofertada integrando todo um contexto sociocultural dos povos do campo, as práticas pedagógicas para o desenvolvimento do campo com participação direta dos discentes dessas escolas, atendendo as possíveis demandas das comunidades as quais essas escolas estão inseridas.

Na perspectiva de formação dos sujeitos dentro do contexto da luta pela terra, faz-se necessário uma proposta curricular dentro dessas escolas que estejam diretamente ligadas ao projeto político de Reforma Agrária Nacional e combate às desigualdades sociais promovidas pelo sistema capitalista, conforme afirmam Vidal et al. (2021). Entretanto, essa proposta curricular tem como base a garantia de acesso aos conhecimentos científicos e empíricos que fazem parte da formação escolar dos alunos, integrando de maneira geral sua luta pela emancipação humana, da terra e formação cidadã.

Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos dessa realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da

resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de outras tantas resistências culturais, políticas e pedagógicas (CALDART, 2002. p.20).

Os sujeitos camponeses são caracterizados pela sua luta histórica por emancipação em todos os aspectos e por essa razão, promover educação para essas pessoas é uma obrigação do Estado, além de ser um direito garantido por lei para esses sujeitos. É nessa perspectiva que projeto educacional de educação do campo é pautado na formação dos sujeitos do campo, promovendo uma educação de qualidade que possa trazer perspectivas positivas e práticas para garantir a sobrevivência no campo, desenvolvendo a conscientização do uso da terra evitando degradá-la.

Os sujeitos do campo têm uma identidade própria construída ao longo de história de luta, entretanto, até meados do século XX o Brasil não tinha desenvolvido uma política pública no campo educacional que atendesse especificamente esses sujeitos. É notório que o Estado é classista e por essa razão ainda prioriza as necessidades capitalistas, por isso o atraso no desenvolvimento de tais políticas. De acordo com Lenartovicz (2017), a educação na luta do MST é uma ferramenta de transformação social, pois no contexto rural, a educação, deve estar voltada para identidade camponesa e também para um ensino que fundamenta as políticas da educação do campo. A partir de meados da década de 1980, o MST em sua luta histórica pela emancipação da terra incluiu a educação como prioridade assim como a Reforma Agrária.

#### 4 Considerações finais

A Educação do Campo foi conquistada através da luta árdua dos movimentos sociais, em especial do MST, que sempre esteve à frente na luta por direitos iguais e justiça social para a população camponesa, a qual essa educação deverá ser libertadora que vise especificamente à formação completa dos sujeitos

camponeses para que não sejam dominados pelas armadilhas promovidas pelo sistema capitalista.

Além disso, esse modelo educacional busca integrar todos os conhecimentos desde o científico ao empírico com o propósito de formação humana, garantindo a soberania alimentar e a emancipação humana, desenvolvendo o campo economicamente de forma sustentável.

5

## Referências

BRASIL. **Decreto n 7 352, de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, DF: Diário Oficial da União – Seção 1 – 5/11/2010, Página 1. Brasília, 2010b.

KOLLING, E. J.; CERIOLE, P. R.; CALDART, R. S. (organizadores). **Educação do Campo: Identidade e políticas Públicas**. Brasília- DF. 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n° 04.

LENARTOVICZ, L. E. Políticas Públicas da Educação do Campo: Contribuições e Dilemas. In: EDUCERE - XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2017, Curitiba - PR. Políticas Públicas da Educação do Campo: Contribuições e Dilemas. Curitiba: EDITORA UNIVERSITÁRIA CHAMPAGNAT, 2017. **Anais** [...] Curitiba, 2017. p. 14765.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã e Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984.

NASCIMENTO, M. N. do .; TEIXEIRA, O. B. . Educação do Campo: fruto de uma luta, esperança de transformação. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6430>. Acesso em: 12 ago. 2021.

VIDAL, M. dos S. .; SANTOS, J. P. de L. .; LIMA, M. A. de . As contribuições do MST na luta pela educação do campo. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1–6, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6422>. Acesso em: 12 ago. 2021.

<sup>i</sup> **Oziel Barbosa Teixeira**, <https://orcid.org/0000-0002-5815-821X>

Faculdade de Educação de Itapipoca/Universidade Estadual do Ceará  
Graduando em Pedagogia da FACEDI e pesquisador do grupo de estudos de Educação do Campo do Grupo de Pesquisa em Ontologia do Ser Social, História e Emancipação (GPOSSHE).

Contribuição de autoria: Desenvolvimento e obtenção dos resultados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3507187404133134>

E-mail: [oziel.teixeira@aluno.uece.br](mailto:oziel.teixeira@aluno.uece.br)

<sup>ii</sup> **Alba Regina Andrade Mendes**, <https://orcid.org/0000-0001-8235-2592>

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/Universidade Estadual do Ceará  
Graduando em Pedagogia da FAFIDAM, graduada em Zootecnia pela UFERSA (2012) e pesquisadora do grupo de estudos de Educação do Campo do GPOSSHE.

Contribuição de autoria: Colaboração na pesquisa para obtenção dos resultados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4830705782072184>.

E-mail: [alba\\_andrademendes@hotmail.com](mailto:alba_andrademendes@hotmail.com)

<sup>iii</sup> **Marcília Nogueira do Nascimento**, <https://orcid.org/0000-0002-6564-1015>

Universidade Estadual do Ceará

Mestra em Planejamento e Políticas Públicas/UECE, especialista em Literatura e formação do leitor/UECE, especialista em Coordenação Pedagógica/UFC, graduada em Letras/FECLESC-UECE, graduada em Letras-Espanhol/UFC e professora efetiva da Rede Estadual.

Contribuição de autoria: Contribuição no desenvolvimento, revisão e ajustes finais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4900246629571173>

E-mail: [marcilianoqueira2012@gmail.com](mailto:marcilianoqueira2012@gmail.com)

**Editora responsável:** Karla Colares Vasconcelos

### Como citar este artigo (ABNT):

TEIXEIRA, Oziel Barbosa; MENDES, Alba Regina Andrade; NASCIMENTO, Marcília Nogueira do. Educação do campo: política social de emancipação humana. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-6, 2021.